

# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)



# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)



### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecária**

Janaina Ramos

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** David Emanuel Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S491 O serviço social e a superação das desigualdades sociais 2 /  
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta  
Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-665-2

DOI 10.22533/at.ed.652201512

1. Serviço Social. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de  
(Organizadora). II. Título.

CDD 361.3

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, o volume 2 do livro “O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais” dá continuidade a discussão acerca do Serviço Social e políticas públicas. E neste volume ainda são expostas três experiências internacionais. Ao todo são 21 artigos, que apresentam diferentes objetos, análises críticas e abordagens metodológicas.

Novamente optamos por dividir os artigos em eixos centrais. O primeiro eixo versa sobre “questão social”, trabalho, formação profissional, pesquisa e extensão em Serviço Social. Já o segundo eixo identifica estudos de diferentes áreas da Política Pública de Saúde; é um eixo plural e contempla diferentes lócus e espaços socioocupacionais. Aborda aspectos relacionados à saúde pública e efetivação dos direitos, dos usuários com doenças graves e respectivos acompanhamentos na alta complexidade, violência contra mulheres e ainda expõe a vivência do processo de trabalho junto à população surda.

O terceiro eixo trata-se da Política Pública Assistência Social. Os autores trabalham aspectos inerentes a atual conjuntura brasileira e analisam experiências locais. As contribuições tratam da política pública diante da política da austeridade, sobre o sofrimento dos profissionais no âmbito do SUAS, da participação da sociedade civil (inclusive trabalhando narrativa das mulheres negras acompanhadas por um CRAS), e finalizando, a discussão deste eixo, há um estudo sobre o reordenamento das entidades socioassistenciais na relação público x privado.

No quarto eixo é possível localizar a perspectiva da contrarreforma do Estado e a política de Educação no Brasil, sobre a institucionalização dos adolescentes e sobre o sistema prisional no Brasil, mas precisamente a efetividade das políticas educacionais. O quinto, e último eixo, apresenta a experiência internacional do Serviço Social, ou também conhecido e abordado nos países da América Latina, como: Trabalho Social ou “Trabajo Social”. A discussão apresenta elementos sobre a formação profissional, a atualização curricular e sobre o processo de intervenção profissional.

Como foi possível perceber esta coletânea realiza uma discussão plural e contemporânea. Com isso, torna-se uma leitura essencial, que visa contribuir ao alunado e aos profissionais que compõe o Serviço Social. Meus caros, como apontado no primeiro volume deste livro, estamos vivendo em tempos adversos, que tem refletido no desenvolvimento do processo de trabalho do Assistente Social e no desenvolvimento das políticas públicas brasileiras. Logo, proporcionar a visibilidade dessa discussão ratifica a importância de caminharmos para a efetivação das garantias legais já alcançadas - sem retroceder, bem como no desenvolvimento de outras.

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE**

Dayane Karoline Souza de Almeida

Ellen Kelly Ferreira

Ingrid Gomes de Araújo

Marcela da Silva Alves Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.6522015121**

### **CAPÍTULO 2..... 6**

#### **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, SIGNIFICADO SOCIAL E IDEOPOLÍTICO**

Caroline Ramos do Carmo de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.6522015122**

### **CAPÍTULO 3..... 19**

#### **FORMAÇÃO E TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS RELIGIOSOS E ÉTICO-POLÍTICOS**

Verônica Gonçalves Azeredo

Pollyanna de Souza Carvalho

Letícia Machado de Araujo

**DOI 10.22533/at.ed.6522015123**

### **CAPÍTULO 4..... 31**

#### **O CIPÓSS E AS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: QUADRIÊNIO 2017-2020**

Heleni Duarte Dantas de Ávila

Jucileide Ferreira do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.6522015124**

### **CAPÍTULO 5..... 42**

#### **SERVIÇO SOCIAL E A MULTIPROFISSIONALIDADE NA ALTA COMPLEXIDADE: DESVENDANDO CAMINHOS DE GARANTIA A INTEGRALIDADE E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS**

Amanda Caroline da Fé Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.6522015125**

### **CAPÍTULO 6..... 52**

#### **A POLÍTICA ASSISTENCIAL EM SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O DIREITO DOS PACIENTES COM INDICAÇÃO AO TRANSPLANTE**

Josiane da Costa Sena

**DOI 10.22533/at.ed.6522015126**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS	
Aline Baptista Aguiar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6522015127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: A REALIDADE DE IDOSAS DO SUL DA ILHA FLORIANÓPOLIS/SC	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
Maria Regina de Avila Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6522015128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>89</b>
ATENÇÃO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO SURDA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
Xênia Maria Tamborena Barros	
Luiz Fernando Calage Alvarenga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6522015129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
VOCÊ CONSEGUE ESCUTAR O SILÊNCIO? ATENDIMENTO AO PACIENTE SURDO NO ÂMBITO HOSPITALAR E O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO	
Geneviève Lopes Pedebos	
Xenia Maria Tamborena Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>104</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	
Ariane Rego de Paiva	
João Vitor Bitencourt	
Ana Gabriela de Paiva Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>120</b>
O SOFRIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS MODALIDADES DE PESQUISA: PESQUISA TEÓRICA	
Regina Celia de Souza Beretta	
Thércius Oliveira Tasso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>130</b>
SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Fabiana Luiza Negri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65220151213</b>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>142</b>
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORTALEZA-CE: NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS USUÁRIAS DE CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Graziela de Oliveira Almeida	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151214	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>156</b>
O REORDENAMENTO DAS ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS NA RELAÇÃO PÚBLICO X PRIVADO, NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ	
Ketnen Rose Medeiros Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.65220151215	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>167</b>
UMA ANÁLISE DAS INTERCONEXÕES ENTRE A CONTRARREFORMA DO ESTADO E DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Raquel Cristina Lucas Mota	
DOI 10.22533/at.ed.65220151216	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>179</b>
PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRAACIONAL E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARENSE	
Ana Camila Ribeiro de Paula	
Leila Maria Passos de Souza Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.65220151217	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>194</b>
A IMPLEMENTAÇÃO E A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Roberta Gomes Leite Baptista	
DOI 10.22533/at.ed.65220151218	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>209</b>
ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL	
Paula Leiva Sandova	
DOI 10.22533/at.ed.65220151219	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>220</b>
LA EDUCACIÓN DESCOLONIZADORA, COMUNITARIA Y PRODUCTIVA PARA LA FORMACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL	
Natalia Rosario Aranibar Escarcha	
DOI 10.22533/at.ed.65220151220	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>232</b>
TALLER REFLEXIVO SOBRE FOTOINTERVENCIÓN. UNA TÉCNICA DE INVESTIGACIÓN SOCIAL CRÍTICA María Rocío Menanteux Suazo DOI 10.22533/at.ed.65220151221	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>240</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>241</b>

## ACREDITACIÓN DE CARRERAS: OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y MEJORA CONTINUA DE LA FORMACIÓN EN TRABAJO SOCIAL

Data de aceite: 01/12/2020

**Paula Leiva Sandova**

Universidad Tecnológica Metropolitana –  
UTEM- Chile, Magíster en Trabajo Social UTEM  
- Chile. Directora Escuela de Trabajo Social,  
Universidad de las Américas, Chile.  
<https://orcid.org/0000-0003-0409-9637>

**RESUMEN:** Las instituciones de Educación Superior en Chile, se someten a evaluaciones derivadas de la Ley de Aseguramiento de la calidad en Educación Superior. La modalidad de participación contempla, procesos de autoevaluación, que implican una profunda reflexión y análisis del estado de situación de la institución/carrera, que permite, levantar información relevante para garantizar la calidad de los planes de formación y visibilizar fortalezas y debilidades que se constituyen en posibilidades de actualización curricular, acorde a los desafíos que la realidad social le impone a las universidades y carreras. Se presenta el caso de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de las Américas, que se sometió a acreditación el año 2015, cuyo resultado fue un ajuste curricular, que integró no sólo el juicio crítico de los pares evaluadores, sino también la opinión experta de un profesional externo; la revisión de planes de formación de otras escuelas, la incorporación de las orientaciones de organismos internacionales, académicos y gremiales, además de la participación activa de la comunidad educativa.

Asimismo, se tuvo a la vista las consideraciones del medio externo, consultando a empleadores de las instituciones en las que se desempeñan los egresados de la carrera. Todo lo anterior con la finalidad de contar con un plan de formación que considera el tránsito de los estudiantes por actividades curriculares que le brinden el andamiaje necesario para comprender críticamente la realidad social y los contextos en los cuales en Trabajador Social se desempeña, generando propuestas de acción fundadas y situadas de acuerdo a las características de los sujetos y las comunidades.

**PALABRAS CLAVE:** Acreditación, calidad, educación superior, formación profesional, Trabajo Social.

### 1 | EL SISTEMA DE ASEGURAMIENTO DE LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN CHILE.

En Chile desde el año 2006 se estableció un Sistema Nacional de Aseguramiento de la Calidad de la Educación, mediante la promulgación de la Ley N°20129, que posee entre otras las siguientes funciones:

*“c) De acreditación institucional, que consistirá en el proceso de análisis de los mecanismos existentes al interior de las instituciones autónomas de educación superior para asegurar su calidad, considerando tanto la existencia de dichos mecanismos, como su*



*d) De acreditación de carreras o programas, que consistirá en el proceso de verificación de la calidad de las carreras o programas ofrecidos por las instituciones autónomas de educación superior, en función de sus propósitos declarados y de los criterios establecidos por las respectivas comunidades académicas y profesionales.” (Ley N° 20129, República de Chile, 2006, p.2)*

La acreditación institucional, está a cargo de la Comisión Nacional de Acreditación (CNA) organismo que fue creado a partir de la proclamación de la mencionada Ley, y cuya función principal radica en verificar y promover la calidad de las Universidades, Institutos Profesionales y Centros de Formación Técnica autónomos, y de las carreras y programas que ellos ofrecen.

Las Instituciones de Educación Superior (IES), vale decir universidades, institutos profesionales y centros de formación técnica autónomos podrán someterse a procesos de acreditación institucional ante la CNA, los que tendrán por objeto evaluar el cumplimiento de su proyecto institucional y verificar la existencia de mecanismos de autorregulación y de aseguramiento de la calidad al interior de las instituciones de educación superior, y propender al fortalecimiento de su capacidad de autorregulación y al mejoramiento continuo de su calidad. Las IES se sometían hasta el año 2018 en Chile, de manera voluntaria a dicho proceso.

Por otro lado, la acreditación de carreras profesionales y técnicas y programas de pregrado es realizada por instituciones nacionales, extranjeras o internacionales, denominadas agencias acreditadoras, y tiene por objeto certificar la calidad de las carreras y los programas ofrecidos por las instituciones autónomas de educación superior, en función de los propósitos declarados por la institución que los imparte y los estándares nacionales e internacionales de cada profesión o disciplina y en función del respectivo proyecto de desarrollo académico. Este también es un procedimiento voluntario, salvo para las carreras y programas de estudio conducentes a los títulos profesionales de Médico Cirujano, Profesor de Educación Básica, Profesor de Educación Media, Profesor de Educación Diferencial y Educador de Párvulos, las que, de acuerdo a la ley vigente en Chile, deberán someterse obligatoriamente al proceso de acreditación.

En ambos procesos de acreditación, Institucional y de carreras, tanto la CNA como las agencias acreditadoras, otorgan hasta 7 años máximo de acreditación dependiendo del grado de cumplimiento de los criterios de evaluación.

Para el caso de la acreditación de carreras de pre grado los criterios de evaluación son los siguientes:

#### **I. Dimensión Propósitos e Institucionalidad de la Carrera**

- Criterio 1: Propósitos
- Criterio 2: Integridad

- Criterio 3: Perfil de Egreso
- Criterio 4: Plan de Estudios
- Criterio 5: Vinculación con el Medio

## II. Dimensión Condiciones de Operación

- Criterio 6: Organización y Administración
- Criterio 7: Personal Docente
- Criterio 8: Infraestructura y recursos para el aprendizaje
- Criterio 9: Participación y Bienestar Estudiantil
- Criterio 10: Creación e Investigación por el cuerpo docente

## III. Dimensión Resultados y Capacidad de Autorregulación.

- Criterio 11: Efectividad y Resultado del Proceso Formativo
- Criterio 12: Autorregulación y Mejoramiento Continuo

Los procesos de acreditación de carreras de pregrado, que se desarrollan en Chile implican para los programas de formación profesional, el sometimiento a una rigurosa autoevaluación, que permite el levantamiento de información respecto al estado del arte de una carrera en un momento determinado, incluyendo todas las jornadas, menciones, sedes y modalidades asociadas a una carrera o programa de acuerdo a lo descrito, incluyendo toda la oferta académica entregada en cada una de las sedes.

Los procesos de autoevaluación consideran 4 etapas formales:



Dicho proceso contempla, como se mencionó anteriormente, la implementación de un proceso de autoevaluación, que implica recoger la opinión de los actores clave que integran una comunidad educativa, vale decir estudiantes, docentes egresados y empleadores, mediante la aplicación de encuestas de autoevaluación y la realización de grupos de discusión que abordan temas internos de la carrera.

Posteriormente la unidad académica responsable del Plan de Formación elabora

un Informe de Autoevaluación y levanta información adicional de la carrera, que se integra a Formularios específicos, los cuales son presentados a las Agencias Acreditadoras, quienes luego proponen un cronograma de acreditación, que incluye entre otras acciones la constitución de una comisión de pares evaluadores, integrada por profesionales de la misma disciplina del programa que se somete a autoevaluación.

Una vez constituida la Comisión de pares evaluadores, éstos visitan la institución y sostienen encuentro con los diversos estamentos de la carrera, reuniones que tienen el fin de constatar aquello que la carrera declaró en su Informe de Autoevaluación, mediante el planteamiento de preguntas a dichos actores clave.

Una vez desarrollada la visita de los pares evaluadores, éstos emiten un Informe el cual es presentado al Consejo de la Agencia Acreditadora, quienes emiten el decreto o resolución de acreditación, donde señalan las fortalezas y debilidades detectadas por los pares evaluadores y los años de acreditación que obtiene el plan de formación (carrera) evaluado.

Cabe señalar, que el 29 de mayo de 2018 se publicó en el Diario Oficial de Chile, la nueva Ley de Educación Superior, que lleva el numeral 21.091. la que, entre otras disposiciones, presenta algunas modificaciones al sistema de acreditación institucional y de carreras.

Esta norma, que crea la Subsecretaría y la Superintendencia de Educación Superior, modifica también de manera importante la composición de la Comisión Nacional de Acreditación y la forma de evaluar el aseguramiento de la calidad en las instituciones, carreras y programas de pregrado y postgrado en el país. Por tanto, lo expresado en éste artículo da cuenta del proceso de acreditación desarrollado en el marco de la Ley anterior (Ley N° 20129).

## **2 | EL CASO DE LA ACREDITACIÓN DE LA ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL UDLA: UNA OPORTUNIDAD PARA LA ACTUALIZACIÓN CURRICULAR Y LA MEJORA CONTINUA**

El contexto de acreditación descrito en los puntos anteriores, enmarca los procesos de autoevaluación que desarrollan los programas de formación, en los que se incluyen también las propuestas formativas de Trabajo Social presentes en Chile.

Para el caso específico de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad de las Américas, la acreditación ha significado un profundo proceso de crecimiento y desarrollo, que es posible relevar en este artículo, en el sentido de compartir una experiencia que es común a cualquier carrera que se somete a procesos de autoevaluación en miras de la obtención la certificación de acreditación.

El proceso que experimentó la Escuela de Trabajo Social de UDLA, cuyo resultado fue la acreditación por 3 años a partir del octubre del 2015, derivó en la necesidad de realizar un ajuste curricular en el plan de formación de Trabajo Social. Lo que se tradujo en el diseño

de una actualización curricular que tuvo a la vista nos sólo las debilidades planteadas en la acreditación, sino también diversos elementos que deben ser considerados al momento de plantearse una modificación curricular.

Dentro de las debilidades señaladas tanto en el Informe de autoevaluación de la carrera, como el Informe de los pares evaluadores, se señaló una crítica respecto a que la formación que impartía Trabajo Social UDLA poseía un énfasis en lo procedimental, no apreciándose en el plan de formación un número adecuado de asignaturas que favorecieran la capacidad reflexiva crítica, que caracteriza al Trabajo Social actual.

De igual forma y con el fin de contrastar la opinión de los pares evaluadores, se solicitó la asesoría externa, a una académica con especialización en formación profesional, para que evaluara la coherencia del perfil de egreso de la carrera y el plan de formación, señalando entre otras conclusiones que el plan de formación de Trabajo Social UDLA "...apunta más bien a formar un profesional técnico operativo, con énfasis instrumental, mientras que el perfil de egreso muestra un claro énfasis disciplinar" (Iturrieta, 2016, p.4). Coincidiendo con lo señalado con los pares evaluadores.

En tal sentido, cabe señalar que el plan de mejoras comprometido por la carrera, para asumir las debilidades detectadas en la autoevaluación, planteó expresamente la necesidad de "Fortalecer las instancias periódicas de análisis curricular...lo que implica la revisión y actualización de planes y programas..." (Informe de Autoevaluación Trabajo Social UDLA, 2015, p170.)

Todo lo anterior requirió de la participación activa de los distintos estamentos de la carrera, desarrollándose sesiones de trabajo periódicos del Comité Curricular de la carrera y encuentros con estudiantes, docentes y egresados, como también con representantes gremiales del Colegio de Trabajadores Sociales de Chile, levantando información mediante estrategias metodológicas, tales como grupos de discusión, encuestas de opinión, consulta a expertos, revisión bibliográfica, entre otras. Asimismo, se realizó revisión de planes de estudio de Escuelas de Trabajo Social chilenas y extranjeras, con el fin de reconocer énfasis y orientaciones de la formación. De igual forma se revisaron las actas de los últimos encuentros de asociaciones de escuelas de Trabajo Social (ALAEITS, ACHETSU, entre otras) y la Federación Internacional de Trabajo Social (FITS), para recoger los planteamientos que se expresan respecto a los desafíos de la disciplina en cuanto a la actuación y la formación profesional.

Es posible señalar que la propuesta de ajuste curricular, que diseñó la Escuela de Trabajo Social de UDLA, respondió primeramente a compromisos planteados en el plan de mejoras surgido en el contexto del proceso de autoevaluación y acreditación de la carrera. Asimismo, y con el fin de asegurar la coherencia entre el perfil de egreso declarado y el plan de formación, es que la propuesta de ajuste y/o modificación surge del análisis reflexivo y crítico que realizó la Dirección de Escuela junto al Comité Curricular de la carrera, en el sentido de actualizar la formación profesional de los futuros trabajadores sociales, a partir

de los desafíos que la realidad social le impone a la disciplina.

Los ajustes curriculares vinculados al mejoramiento del Plan de Formación de Trabajo Social de UDLA, significó el superar entre otras debilidades, una que debió ser asumida por la carrera de manera prioritaria, a partir de los juicios emitidos por los pares evaluadores cuando afirman que «la formación que imparte Trabajo Social UDLA posee un énfasis en lo procedimental, no apreciándose en el plan de formación un número adecuado de asignaturas que favorezcan la capacidad reflexiva crítica, que caracteriza al Trabajo Social actual» (Informe pares evaluadores, octubre 2015, p.28). De igual forma, lo señalado por los pares, también coincide con los análisis y las reflexiones internas del Comité Curricular, respecto al estado de situación de la carrera. Tomando en consideración los juicios de los pares evaluadores y del Comité Curricular que una de las acciones más relevantes del Plan de Mejoras comprometido por la carrera, se centró justamente en superar dicha debilidad, especialmente en la revisión y actualización permanente de los programas de estudio.

Como se señaló más arriba, para complementar el juicio evaluativo de los pares evaluadores del proceso de acreditación, el Comité Curricular de la carrera, definió en conjunto con la decanatura, considerar una revisión adicional del Plan de Formación de Trabajo Social. Es así que, entre noviembre del 2015 y marzo del 2016, se contrató una asesoría externa, con dicho fin.

Las aportaciones que realizó la asesora externa, permitió develar ciertos aspectos necesarios de abordar en un ajuste curricular. A saber, en un primer lugar, señala que es necesario transitar de un plan de formación con énfasis en lo procedimental a uno más focalizado en la formación crítico –reflexiva. Cuestión que a juicio de la asesora externa, percepción compartida también por el Comité Curricular de la carrera, evidencia una tensión entre el Perfil de egreso y el plan de formación de Trabajo Social UDLA, señalando que este último “...apunta más bien a formar un profesional técnico operativo, con énfasis instrumental, mientras que el perfil de egreso muestra un claro énfasis disciplinar” (Iturrieta, 2016, p.4).

Asimismo, la asesora externa, indica que subyace al plan de estudios una concepción de la realidad fragmentada, que debe ser discutido y asumido por la Escuela y su Comité Curricular, antes de adentrarse en el desarrollo de las habilidades crítico-reflexivas de los estudiantes a través del abordaje de lo ético político.

Esta visión fragmentada de la realidad, que señala la asesora externa, se refleja no solo en las asignaturas que desagregan a los actores sociales en infancia, juventud, etcétera, sino además en los cursos teóricos referidos, por ejemplo, a políticas sociales, y en el curso de epistemología enfocado exclusivamente hacia la investigación social.

De igual forma, la asesoría externa plantea que al analizar la opción sociopolítica que subyace al plan de estudios de Trabajo Social UDLA, se evidencia una preferencia por la adaptación al sistema sociopolítico vigente, lo que estaría reñido con la declaración

de formar un profesional crítico reflexivo que se compromete en el Perfil de egreso, esto último fue visibilizado también por el Comité Curricular, en todo el proceso de análisis que sustentó el ajuste curricular.

Adicionalmente a lo expresado por los pares evaluadores del proceso de acreditación y los aportes de la asesora externa, el Comité Curricular procedió a realizar una exhaustiva revisión a documentación oficial de diversas instituciones dedicadas al estudio de las Ciencias Sociales y al desarrollo disciplinar, para contar con referencias globales, que sustentaron la reflexión del Comité Curricular.

En el Informe de la UNESCO del año 2010, sobre “Las Ciencias Sociales: Las brechas del conocimiento”, se plantean desafíos para las disciplinas sociales, que debieran ser considerados en la formación, en síntesis, este informe plantea:

- Las enormes disparidades en la capacidad de investigación existentes entre los países y la fragmentación del conocimiento obstaculizan las posibilidades de las ciencias sociales para responder a los desafíos de hoy y de mañana.
- Los científicos sociales producen un trabajo de excelente calidad y valor práctico enorme, pero «...el conocimiento científico social es a menudo el menos desarrollado en las zonas del mundo donde es más intensamente necesario» (UNESCO, 2010, p.3).
- Se necesita «un mejor y más accesible conocimiento que pueda proporcionar políticas públicas provistas de las evidencias necesarias» (UNESCO, 2010, p.3) para lograr una transformación social.
- Por tanto se plantea un desafío concreto para las ciencias sociales, especialmente cuando la «...tendencia del paisaje de la ciencia social en el ámbito mundial es hacia la fragmentación, la falta de pluralidad y la separación entre la labor científica y las necesidades sociales» (UNESCO, 2010, p.3).

También fue necesario revisar los planteamientos de organismos gremiales, profesionales y académicos, vinculado a la formación profesional de trabajadores sociales como la Asociación latinoamericana de Escuelas e investigación en Trabajo Social-ALAEITS, que en el XXI Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, desarrollado en México, en octubre de 2015 denominado: «La Formación profesional en Trabajo Social: Avances y tensiones en el contexto de América Latina y el Caribe. “A 50 años del movimiento de Reconceptualización”, y en concordancia con la Federación internacional de Trabajo Social- FITS, plantea que hoy se observa una “compleja dinámica de los procesos latinoamericanos del Siglo XXI, en la cual se hace necesario reconocer que vivimos en un escenario diverso y contradictorio, con alta conflictividad en la vida social...que exigen al Trabajo Social una rigurosa identificación, caracterización y análisis de la cuestión social” (FITS, 2018, s/n p.). Aspectos necesarios de incluir y abordar en la formación profesional de los futuros trabajadores sociales.

Sumado a lo anterior, se ha intencionado desde la Dirección de Escuela de Trabajo Social, un acercamiento y vinculación mayor con el Colegio de Trabajadores Sociales de Chile, integrando a partir del 2016 la Mesa Gremio- Academia, que busca compartir reflexiones y miradas conjuntas entre las Escuelas de Trabajo Social chilenas, respecto a la formación de trabajadores sociales. Planteándose como objetivo de dicha comisión, el año 2017: Aportar al fortalecimiento de la formación y ejercicio profesional, acorde a las necesidades que le demanda los nuevos escenarios socio-políticos, de América Latina y en particular Chile, constituyéndose en un nexo real entre el gremio y la academia.

Adicionalmente y con el fin de enriquecer aún más reflexión del Comité Curricular de la carrera, se organizaron encuentros por sede durante los meses de abril y mayo del 2016, con los diversos estamentos (estudiantes, docentes partime, docentes de planta) con el fin de abordar una de las debilidades detectadas en la autoevaluación de la carrera, a saber: “Faltan instancias de mayor participación de los docentes en el proceso de toma de decisiones respecto la estructura curricular y modificación de planes y programas de estudios” (Informe de Autoevaluación carrera Trabajo Social UDLA, 2015, p.156) y también con el objetivo de recoger inquietudes y aportes que permitan fundamentar con mayor sustento un proceso de ajuste curricular.

Con todo los insumos anteriores, y luego de varias instancias de reflexión y análisis se procedió en conjunto con el Comité Curricular a diseñar la propuesta de ajuste curricular, que consideró en su estructura, el tránsito de los estudiantes por actividades curriculares (asignaturas) que brinden el andamiaje necesario, para comprender críticamente la realidad social y los contextos en los cuales en Trabajo Social se realiza, generando propuestas de acción fundadas y situadas de acuerdo a las características de los sujetos y las comunidades.

Asimismo, lo que buscó la incorporación de las nuevas asignaturas, fue responder de manera más coherente a lo declarado en el perfil de egreso de la carrera. Específicamente lo referido a los ámbitos de realización de Políticas públicas y Bienestar Social, Investigación Social, el ámbito socio jurídico y la línea de intervención comunitaria. Éstos ámbitos surgieron de una revisión que el Comité Curricular desarrolló previo a la acreditación de la carrera, específicamente cuando se explicitó de manera más profunda el perfil de egreso comprometido por la carrera, para responder a los requerimientos institucionales relacionados al Modelo educativo de UDLA.

Por otro lado, las nuevas asignaturas incorporadas al plan de formación, favorecen instancias y espacios para desarrollar las mediaciones necesarias para potenciar el análisis crítico de un fenómeno, porque es en esas mediaciones donde está la posibilidad de discutir los contenidos que son abordados durante la formación profesional.

Básicamente, lo que se pretendió con el ajuste curricular derivado del proceso de acreditación que experimentó la carrera, es desarrollar el pensamiento crítico reflexivo en las y los estudiantes, de tal forma que se potencie en ellos la capacidad de interpelación,

al momento de tener que discernir entre distintas perspectivas, modelos, metodologías, etcétera, para desarrollar sus actividades profesional-disciplinares, sustentados en una reflexión rigurosa de su praxis social.

### 3 | CONCLUSIONES

Los procesos de evaluación interna desarrollados tanto por las carreras como por las instituciones de educación del país, deben seguir los lineamientos propuestos por la Comisión Nacional de Acreditación (CNA) y, por consiguiente, basarse en el análisis de la información cualitativa y cuantitativa que genera especialmente para dichos fines la institución o la carrera, contrastándola con criterios definidos y aceptados desde referentes académicos, profesionales y disciplinares. Asimismo, el proceso se efectúa con la convicción de que la finalidad que busca la acreditación, se refiere al mejoramiento de la calidad y el fortalecimiento de la capacidad de gestión de la carrera y/o de la institución, sumado a fortalecer una cultura de autoevaluación y mejora continua.

Es así que el objetivo central de la acreditación de carrera/institución es promover el mejoramiento continuo de la docencia de pregrado, conjuntamente con suministrar información confiable y actualizada para la detección de las áreas deficitarias y, a continuación, implementar las medidas necesarias para su superación en forma de un plan de mejoramiento con acciones, metas, indicadores, plazos, responsables y presupuesto asociado, que debe ser plenamente respaldado por las autoridades centrales de la Universidad, para favorecer su correcta implementación y la obtención de los resultados comprometidos, en los procesos de acreditación.

Los procesos de acreditación institucional y de carreras, han permitido que se instale una dinámica de análisis que aporta a la organización creando espacios de trabajo, que contribuyen al diálogo y al intercambio de opiniones, centradas en la calidad de los procesos educativos, orientados al logro del Perfil de Egreso de los estudiantes y el mejoramiento continuo.

Esta experiencia favorece que se estructuren cimientos institucionales dirigidos a avanzar en la cultura de la calidad, entendida como la capacidad de autorregulación, integrando en el análisis las condiciones de ingreso, los procesos curriculares y los resultados de la formación profesional de los estudiantes.

Los procesos de acreditación, considerados como procesos sistémicos, que incluyen ciclos como la planificación, ejecución, evaluación y capacidad de identificar los ámbitos para el mejoramiento continuo, permiten que las universidades y las carreras desarrollen un trabajo sobre la base de procedimientos claros y acuciosos de autorregulación. Este es el fundamento de la calidad en materias relacionadas con la educación superior, tanto a nivel institucional como de carreras y programas.

A partir de las acreditaciones, se promueve la instalación de una cultura de



mejoramiento continuo en las carreras y en las Instituciones, que obligan a los equipos responsables a la revisión y el análisis detallado de los resultados de la carrera y los fundamentos de su propuesta educativa, considerada como un todo a partir de sus componentes esenciales. Es decir, la declaración de Perfil de Egreso, la estructura curricular, la estructura organizacional, los recursos humanos, la infraestructura y los recursos de apoyo a la docencia, entre otros. De este modo, se crean espacios de diálogo organizado, que permiten contrastar enfoques y opiniones favoreciendo la integración de todos los ámbitos que intervienen en la calidad de la docencia.

Asimismo, la revisión permanente de indicadores internos, cuyos énfasis se orientan a los resultados de aprendizaje de los estudiantes y su integración como actores sociales llamados a aportar desde su profesión, es un desafío que requiere ser profundizado. Este análisis es un aporte relevante para apreciar la realidad de la Carrera/Institución a partir de un conjunto amplio, preciso y riguroso de elementos y permite conocer la potencialidad y las debilidades actuales de los planes de formación, entregando los elementos necesarios para responder en forma responsable al país y a las expectativas de la comunidad educativa.

Sin duda para los programas de formación de Trabajo Social presentes en Chile, los procesos de autoevaluación orientados a la obtención de la acreditación de carreras, se constituyen en espacios enriquecedores de reflexión, análisis y discusión académica, tanto por parte de los equipos responsables de los planes formativos, como de la comunidad académica en su totalidad, ya que permite relevar información actualizada respecto al estado de situación de la carrera, información que orienta la toma de decisiones curriculares y permite contar con insumos valiosos para mejorar los procesos formativos y la producción académica de la unidad, como también fortalecer la vinculación con el medio. Esto último, especialmente cuando se considera la opinión de los egresados del programa de formación, y la percepción de los empleadores respecto al desempeño profesional de dichos egresados y la pertinencia de la formación que imparte la carrera.

La realidad social actual le plantea al Trabajo Social múltiples desafíos, especialmente, si se considera la complejidad con las que se expresan los diversos fenómenos sociales. Esto demanda una actuación profesional reflexiva, crítica y rigurosa, considerando al trabajador social como parte integrante de la realidad, vale decir como un actor social, que incide en los procesos de transformación que desarrollan en conjunto con las personas, en el entendido de una actuación que se construye con otros. Esto constituye un desafío permanente para la formación profesional de trabajadores sociales, que debe cautelar la atención a una realidad social que sabemos es dinámica y compleja y por tanto requiere ser considerada al momento de plantearse actualizaciones curriculares que se orienten a la mejora continua y al desarrollo de procesos formativos de calidad.

## REFERENCIAS

Agencia A-Espigar (2015) **Informe final evaluación externa de carrera de Trabajo Social UDLA**. Santiago, Chile.

Agencia A-Espigar (2015) **Acuerdo de acreditación carrera Trabajo Social UDLA**. Santiago, Chile.

Comisión Nacional de Acreditación Chile- CNA (2017) **Criterios para la acreditación de programas de pregrado**. [www.cnachile.cl/Criterios%20y%20Procedimientos/DJ%20009-4%20Criterios.pdf](http://www.cnachile.cl/Criterios%20y%20Procedimientos/DJ%20009-4%20Criterios.pdf)  
Recuperado el 20-01-2018.

Federación Internacional de Trabajo Social – FITS (2017) **Texto preliminar para el workshop sobre la definición de Trabajo Social**. <http://ifsw.org/>. Suiza. Recuperado el 18-12-2017.

Iturrieta, S. (2016) **Informe asesoría externa para el Análisis Crítico del Plan de Formación en Trabajo Social UDLA, Segundo informe de avance**. Documento interno de trabajo.

UDLA (2015) **Informe de Autoevaluación carrera Trabajo Social**. Santiago, Chile.

Congreso Nacional de Chile (2006) **Ley N° 20129; Establece un Sistema Nacional de Aseguramiento de la calidad de la Educación Superior**. Valparaíso, Chile.

UNESCO (2010) **Informe sobre las Ciencias Sociales en el mundo: Las brechas del conocimiento**. París, Francia.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acreditação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219

Adolescentes 9, 12, 69, 107, 108, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196

Assistência Social 9, 11, 12, 12, 34, 35, 36, 40, 41, 47, 67, 72, 77, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 182, 185, 186, 198, 240

Ato infracional 12, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

### C

Calidad 209, 210, 212, 215, 217, 218, 219, 226

Cidadania 27, 31, 32, 40, 55, 107, 117, 123, 140, 144, 157, 158, 162, 176, 182, 195, 196, 200, 201, 206

Comunicação 11, 35, 36, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

Conselhos 11, 9, 22, 130, 131, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 162, 165, 181, 187, 196

Controle Social 24, 55, 69, 71, 73, 74, 77, 106, 116, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 156, 162, 163, 165, 181, 187, 192

Cuidado 23, 26, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 63, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 89, 93, 94, 98, 100, 101, 102, 127, 184, 240

### D

Desafios 10, 11, 5, 6, 7, 10, 14, 16, 18, 29, 36, 39, 41, 42, 78, 88, 97, 100, 101, 104, 106, 109, 112, 113, 118, 121, 128, 137, 140, 148, 153, 166, 177, 185, 206

Direitos 9, 10, 1, 4, 5, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 18, 21, 25, 27, 28, 34, 36, 40, 42, 45, 46, 47, 49, 54, 58, 60, 61, 64, 71, 72, 73, 76, 77, 80, 81, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 153, 154, 159, 162, 163, 166, 171, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 240

### E

Educação 9, 12, 4, 7, 9, 10, 13, 17, 18, 26, 28, 34, 36, 41, 47, 50, 54, 57, 58, 69, 82, 84, 93, 101, 102, 103, 105, 112, 123, 125, 135, 136, 148, 150, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 176, 177, 188, 189, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Estado 9, 12, 2, 3, 4, 7, 9, 11, 13, 14, 17, 21, 25, 26, 29, 34, 35, 36, 37, 39, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 62, 63, 68, 69, 73, 74, 77, 82, 84, 89, 90, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 122, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 200, 203, 209, 211, 214, 218, 222, 225, 226, 227, 230

## **F**

Formação 12, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 224, 227, 229, 230, 234

## **G**

Gênero 3, 8, 10, 11, 12, 17, 21, 23, 25, 26, 29, 30, 37, 70, 74, 76, 79, 87, 88, 142, 143, 151, 152, 155

Grupo 9, 20, 23, 31, 32, 40, 47, 53, 57, 71, 75, 76, 77, 78, 83, 105, 111, 133, 134, 138, 148, 149, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 187, 221, 223, 232, 234, 237, 238, 239

## **I**

Investigação Social 13, 214, 216, 232, 233, 234, 235

## **L**

Lei 5, 12, 34, 40, 43, 56, 57, 58, 62, 80, 81, 87, 90, 95, 98, 99, 102, 103, 107, 112, 118, 119, 123, 128, 137, 145, 155, 157, 161, 162, 163, 165, 176, 177, 180, 181, 182, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 207

## **M**

Mulheres 9, 11, 12, 7, 22, 23, 26, 35, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 240

## **N**

Neoconservadorismo 12, 13, 19, 21, 22, 28, 29, 30

## **P**

Pesquisa 9, 10, 11, 5, 7, 13, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 50, 52, 53, 58, 61, 63, 66, 67, 69, 75, 76, 77, 78, 82, 86, 87, 88, 92, 93, 94, 101, 104, 105, 110, 115, 117, 120, 122, 129, 130, 131, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 176, 179, 183, 192, 207, 240

Pobreza 35, 36, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 120, 123, 126, 127, 129, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 166, 180, 221

Política 9, 10, 12, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 20, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40,

41, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 74, 76, 84, 87, 88, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 181, 184, 187, 189, 190, 192, 195, 197, 203, 205, 207, 222, 224, 225, 226, 228, 230, 240

Políticas Sociais 2, 4, 31, 32, 40, 41, 49, 117, 119, 132, 136, 141, 144, 240

Privado 9, 12, 29, 59, 85, 126, 135, 143, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 166, 175, 177, 196, 228

Projeto Ético Político 3, 9, 15

Proteção Social 34, 35, 41, 58, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 118, 131, 132, 142, 143, 144, 148, 153, 156, 157, 159

Público 9, 12, 4, 26, 29, 32, 33, 34, 35, 50, 57, 59, 66, 69, 92, 97, 100, 109, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 126, 135, 137, 147, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 174, 175, 177, 186, 189, 190, 192, 195, 196, 206, 220

## **R**

Religião 19, 20, 21, 23, 25, 26, 29, 30

Rio de Janeiro 8, 26, 30, 41, 49, 50, 56, 62, 63, 64, 74, 75, 87, 88, 96, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 113, 118, 119, 128, 129, 141, 162, 165, 166, 167, 177, 178, 192, 194, 240

## **S**

Saúde 9, 10, 11, 4, 12, 20, 30, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 74, 75, 77, 82, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 120, 122, 125, 126, 127, 135, 136, 141, 144, 148, 150, 151, 163, 182, 186, 188, 198, 240

Serviço Social 2, 9, 10, 11, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 88, 104, 105, 117, 118, 119, 128, 129, 140, 141, 155, 156, 162, 165, 166, 177, 178, 207, 240

Sistema Prisional 9, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Suas 9, 11, 4, 6, 7, 8, 11, 15, 16, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46, 48, 57, 58, 66, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169, 172, 173, 175, 186, 187, 188, 189, 197, 199, 200, 201, 206

## **T**

Trabajo Social 12, 220

Trabalho 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 61, 64, 66, 67, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 173, 176, 177, 178, 180, 183, 192, 194, 195, 196, 199, 200, 204, 205

Transplante 10, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# O Serviço Social e a Superação das Desigualdades Sociais 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 